

***O espaço e o tempo como intuições puras:
um estudo acerca dos argumentos presentes nas exposições
metafísicas da “Estética Transcendental”***

Rômulo Martins Pereira¹

Resumo: A questão que perpassa toda a “Estética Transcendental” é acerca da natureza e do status ontológico do espaço e do tempo. Na “Exposição Metafísica”, Kant apresenta qual a natureza das representações do tempo e do espaço. Correntemente, interpreta-se que ela se subdivide em dois passos gerais: a tese da aprioridade, que intenta provar que as representações de espaço e tempo não são empíricas mas a priori, e a tese do caráter intuitivo, que busca provar que estas não são conceitos, mas intuições puras. No presente estudo, buscarei empreender uma análise dos argumentos presentes nestas exposições, baseando-me, principalmente, em Paton e Allison.

Palavras-chave: Kant, espaço, tempo, intuição, forma.

Abstract: The central question of the *Transcendental Aesthetic* is concerned with the nature and the ontological status of space and time. In the “Metaphysical Exposition”, Kant introduce what the nature of the representations of space and time is. It is currently interpreted that this exposition falls into two parts: the thesis of priority, that is intended to prove the representations of space and time are not empirical, but a priori, and the thesis of intuitive character, that is intended to prove these are not concepts, but pure intuitions. In this study I'll seek to analyze arguments in these expositions, basing myself mainly on Paton and Allison.

Key-words: Kant, space, time, intuition, form.

¹ Instituição de origem: UFRJ Departamento a que pertence: Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Mestrado)

Na introdução da *Crítica da Razão Pura*, Kant delinea bem o seu problema fundamental: como são possíveis os juízos sintéticos a priori? Ora, juízos sintéticos são aqueles em que a ligação do conceito de sujeito com o predicado não é pensada por identidade, contrariamente aos juízos analíticos². Mais especificamente, são juízos extensivos, pois “acrescentam ao conceito de sujeito um predicado que nele não estava pensado e dele não podia ser extraído por qualquer decomposição” (A 7/ B 11). Sem dúvidas, os juízos de experiência são todos sintéticos, extensivos, porquanto a possibilidade de síntese do conceito de sujeito com o predicado se funda na experiência – além disso, não poderiam ser juízos analíticos porque nestes não preciso sair do meu conceito e, conseqüentemente, não careço do fundamento da experiência. Não obstante, se todas as regras do conhecimento fossem meramente empíricas, logo contingentes, como poderiam haver juízos sintéticos absolutamente necessários e universais? Ora, por intermédio da experiência poderíamos, é certo, chegar, por indução, a uma universalidade suposta e comparativa, mas nunca a uma universalidade verdadeira e rigorosa. Na verdade, necessidade e rigorosa universalidade são os sinais seguros de um conhecimento puro a priori, isto é, um conhecimento independente da experiência (a priori), no qual nada de empírico se mistura (puro). Mas afinal, visto que não se fundam na experiência, como são possíveis – ou em que se fundam – os juízos sintéticos a priori? Esta é, pois, a indagação fundamental que percorre toda a crítica e sobre a qual assenta toda a possibilidade do nosso conhecimento especulativo a priori.

Pois bem, Kant distingue dois troncos do conhecimento humano, a saber, a sensibilidade, faculdade passiva do ânimo, pela qual nos são dados objetos, e o entendimento, faculdade ativa, pela qual são pensados estes objetos. A sensibilidade nos fornece intuições, representações singulares que se referem imediatamente aos objetos particulares, e o entendimento produz conceitos, representações gerais que se referem sempre a outras representações (e mediadamente aos objetos). Kant inicia sua investigação crítica (do nosso modo de conhecer os objetos) pela sensibilidade, porquanto as condições pelas quais unicamente os objetos nos são dados precedem as condições pelas quais eles são pensados. Ele então pressupõe que, para que sejam possíveis conhecimentos sintéticos a priori, a sensibilidade deverá conter representações

2 Na introdução, Kant explica desta maneira a distinção entre juízos analíticos e sintéticos: “Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado (apenas considero os juízos afirmativos [...]), esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) neste conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo *analítico* ao juízo, no segundo, *sintético*” (A 6-7/ B 10).

a priori como as condições mediante as quais os objetos nos são dados. Dessa forma, ele designa por “Estética Transcendental”³ a ciência de todos os princípios da sensibilidade a priori. Nesta parte, Kant efetua um duplo processo de abstração: primeiramente, isola, no complexo total do conhecimento, os componentes que têm sua origem apenas na sensibilidade e, depois, aparta destas intuições tudo o que pertence à sensação (ao empírico), restando apenas a intuição pura e simples, forma do fenômeno. Mediante tal procedimento, encontra as duas formas puras da sensibilidade (nomeadas também de intuições puras), o espaço e o tempo. E então passa a se ocupar do seu exame: O que são o espaço e o tempo?

A questão central que perpassa toda a “Estética Transcendental” é acerca da natureza e do status ontológico do espaço e do tempo. Basicamente, Kant dialoga aqui com duas teorias distintas: a teoria newtoniana, que defende que espaço e tempo sejam entes absolutamente reais, e a teoria leibniziana, que defende a perspectiva relacional, segundo a qual espaço e tempo são determinações ou relações das coisas, relações tais que permaneceriam mesmo no caso em que as coisas não fossem intuídas por um sujeito. Em contrapartida, a teoria crítica procurará defender que espaço e tempo pertencem unicamente à forma da intuição e, conseqüentemente, à constituição subjetiva do espírito – não pertenceriam à coisa alguma e só poderiam ser predicados às coisas em virtude de nossa constituição subjetiva. O argumento kantiano vai de uma análise das representações do espaço e do tempo com vistas a mostrar que elas são representações a priori e intuitivas (“Exposição Metafísica”) e que, como tais, são a condição de possibilidade de outros conhecimentos sintéticos a priori (“Exposição Transcendental”), à tese ontológica a respeito do espaço e do tempo considerados em si mesmos (“Consequências”).

No presente estudo, buscarei empreender uma análise dos argumentos presentes nas exposições metafísicas das representações de espaço e tempo, baseando-me, sobretudo, nas interpretações empreendidas por Paton e Allison. Na “Exposição Metafísica”, Kant procura apresentar claramente qual a natureza das representações do tempo e do espaço (enquanto dadas a priori). Como ele desenvolve uma análise similar e próxima tanto para o espaço quanto para o tempo, procurarei abordar ambas as análises conjuntamente. De modo corrente, interpreta-se que sua linha argumentativa se subdivide em dois passos gerais: [1] o primeiro mostra que as representações de espaço

3 A “Estética Transcendental” consiste na primeira parte da “Doutrina Transcendental dos elementos”, seguida pela “Lógica Transcendental”.

e tempo não são empíricas mas a priori, e o [2] segundo mostra que estas não são conceitos mas intuições puras.

[1] Por sua vez, este primeiro passo – a tese do caráter a priori – também se subdivide em duas partes. O primeiro argumento [A] é negativo e sustenta unicamente que espaço e tempo não são conceitos empíricos, enquanto que o segundo [B] afirma positivamente que eles são representações a priori.

[A] O primeiro argumento da tese da aprioridade estabelece que as representações de espaço e tempo não podem ser derivadas da experiência, mas antes são necessariamente pressupostas por toda experiência. Primeiramente, “para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requiere-se já o fundamento da noção de espaço” (A 23/ B 37). Em segundo, para que estas sensações sejam representadas como relativamente simultâneas, anteriores ou posteriores, já pressuponho também a representação do tempo. Kant estaria aqui se opondo abertamente à teoria relacional leibniziana. Esta teoria afirma que os fenômenos já emergiriam com suas relações espaciais e temporais particulares (independentemente de nossa condição subjetiva), como que se condicionando mutuamente. Por isso, espaço e tempo consistiriam simplesmente na ordem de coexistência e simultaneidade (ou sucessão) dos fenômenos – ordem esta que, por isso, seria abstraída empiricamente⁴. Contrariamente, para Kant, as relações espaciais e temporais particulares nas quais sensações e objetos nos são dados não poderiam ser reduzidas a meras diferenças qualitativas – ou seja, espaço e tempo não poderiam ser meramente abstraídos das sensações ou dos objetos da mesma maneira como são abstraídos os conceitos empíricos de uma nota comum –, pois desta forma eles não seriam nada mais que conceitos empíricos. Kant então argumenta que, para que se possa conhecer sensações ou objetos (intuídos) como fora e ao lado de outros, não basta que se conheça meramente suas diferenças qualitativas, abstraídas empiricamente, é preciso também conhecê-los como ocupando diferentes partes do espaço. De forma semelhante, para que se conheça os objetos (e as sensações) como simultâneos e sucessivos, não se é

4 Leibniz reconhece que nossas representações de espaço e tempo parecem ultrapassar e mesmo independer desta dita ordem. Mas sua análise mostra que tais conceitos não são mais do que esta própria ordem das coisas representada de maneira confusa, como uma espécie de “aparência imaginária”.

suficiente conhecer suas diferenças qualitativas, mas sim é necessário que se os conheça como ocorrendo em um e mesmo tempo ou em diferentes partes do tempo. Dessa maneira, Kant sustenta que espaço e tempo são pressupostos ou condições de possibilidade das relações ou determinações espaciais e temporais particulares nas quais emergem os objetos e as sensações. Fundamentalmente, o espaço é a condição necessária para o conhecimento da ordem de coexistência dos fenômenos externos e o tempo é a condição necessária para o conhecimento da ordem de simultaneidade ou sucessão de todos os fenômenos⁵.

[B] O segundo argumento da tese da aprioridade estabelece positivamente que espaço e tempo são representações necessárias a priori e que, enquanto o espaço é o fundamento de toda intuição externa, o tempo, por sua vez, fundamenta toda e qualquer intuição. A premissa principal deste argumento pode ser resumida da seguinte forma: ora, se por um lado, não podemos nunca nos representar objetos da experiência que não estejam no espaço e mesmo suprimir o tempo dos fenômenos em geral, por outro, podemos perfeitamente nos representar um espaço vazio de objetos e abstrair os fenômenos do tempo. Para Allison, esta premissa sugere a seguinte estrutura lógica: “se x [no caso tempo e espaço] pode existir (ou ser representado) sem A , B e C e suas relações mútuas, mas A , B e C não podem existir (ou serem representados) sem x , então x deve ser considerada como uma condição da possibilidade de A , B e C e suas relações mútuas” (ALLISON, 1992, p. 149). Portanto, espaço e tempo não consistem meramente em relações logicamente dependentes dos fenômenos, não são determinações que dependam deles, mas sim são as condições de sua possibilidade e logicamente os precedem. Em outros termos, por um lado, não podemos nunca nos representar fenômenos externos sem representá-los no espaço e, por outro, não podemos nunca nos representar fenômeno algum que não esteja no tempo.

Neste momento do texto, Paton e Allison indagaram-se a respeito da suposta complementariedade ou independência destes dois argumentos em relação à tese do caráter a priori. Afinal, pode-se considerar que estes argumentos são complementares e objetivam a mesma prova, ou são independentes e, por isso, são ambos capazes de provar a aprioridade do tempo e do espaço? Segundo a clássica interpretação de Paton⁶,

5 Cf. ALLISON, H. E. *El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa*. pp. 142-148.

PATON, H. J. *Kant's Metaphysics of Experience. A Commentary on the first half of the "Kritik der reinen Vernunft"*. pp. 109-112.

6 Cf. PATON, H. J. *Kant's Metaphysics of Experience. A Commentary on the first half of the "Kritik der reinen Vernunft"*. p. 112.

estes dois argumentos são complementares e só no segundo argumento se estabelece de fato a prova da aprioridade. Para ele, o primeiro argumento apenas estabelece que não podemos conhecer nenhum fenômeno à parte das representações de espaço e tempo e que, por isso, não elimina a possibilidade leibniziana de que as representações de espaço e tempo e as coisas se condicionem mutuamente. Tal possibilidade só seria descartada mediante a introdução do segundo argumento, já que este afirma que podemos ter consciência do tempo e do espaço vazios de fenômenos, mas não o oposto.

Em contrapartida, Allison não só afirma que estes dois argumentos são independentes, como também sustenta que esta objeção feita por Paton enfraquece e mesmo perverte o teor da argumentação kantiana. Se o primeiro argumento não tivesse sido suficiente para já provar a tese da aprioridade, argumenta Allison, então, no caso do espaço, Kant estaria passando diretamente da tese de que tal representação é necessária para que se possa reconhecer as relações e as determinações espaciais à conclusão de que tal representação é a priori. Sob este prisma, também os conceitos empíricos seriam a priori no mesmo sentido em que o espaço e o tempo seriam: por exemplo, para que eu conheça algo como sendo vermelho, já devo possuir o conceito de vermelhidão, apesar de que isso não prova que tal conceito seja a priori. Não obstante, Kant não teria afirmado que necessito da representação do espaço para conhecer as coisas como sendo espaciais, isso seria meramente tautológico. O que Kant afirma é que necessitamos desta representação para que possamos conhecer as coisas como distintas de nós mesmos e distintas entre si. Ora, se não há ainda uma referência ao espaço nestas distinções, uma referência ao vermelho está logicamente contida no pensamento de coisas vermelhas. E assim Allison conclui:

[...] a capacidade de fazer estas distinções é em si mesma uma condição necessária da possibilidade da experiência. Portanto, esta capacidade, à diferença da capacidade para distinguir entre coisas vermelhas e azuis, não pode ser adquirida através da experiência. Sem embargo, o argumento mostra que esta capacidade pressupõe [...] a representação do espaço. Por conseguinte, pode-se dizer que o argumento de Kant faz ver que a representação de espaço é a priori ao mostrar que funciona como uma condição epistêmica (ALLISON, 1992, p. 148).

Dessa forma, do mesmo modo que o primeiro argumento, também aqui se estabelece o caráter a priori das representações de espaço e tempo. Mas sobretudo, este argumento atentou para uma característica destas representações que é central para a

postura de Kant e que não foi atendido no primeiro argumento, a saber, “o fato de que por si mesmas possuem um conteúdo próprio que permanece quando se abstrai de todo o empírico” (Ibid., p. 153). Afinal, mesmo quando abstraímos de todo e qualquer conteúdo empírico de nossa experiência sensível, tais representações continuam acessíveis ao pensamento⁷. E ao ressaltar isso, Kant não só sublinha sua aprioridade, como também prepara o caminho para a afirmação de que tais representações são intuições puras.

[2] O segundo passo geral de toda a linha argumentativa da “Exposição Metafísica” – a tese do caráter intuitivo – também está dividido em duas partes. O objetivo aqui é mostrar que as representações de espaço e tempo não são conceitos, mas sim intuições puras. Para isso, Kant claramente pressupõe a distinção entre a natureza de um conceito e de uma intuição: enquanto que um conceito é uma representação geral que contém sob si as notas comuns de diferentes objetos individuais, uma intuição, por sua vez, é uma representação singular de um objeto individual⁸. As representações de espaço e tempo são intuições, primeiro, porque só podemos conceber um único espaço e um único tempo [C] e, segundo, porque espaço e tempo são necessariamente representados como grandezas infinitas [D].

[C] O primeiro argumento da tese do caráter intuitivo afirma que espaço e tempo não são conceitos discursivos ou mesmo conceitos universais das relações das coisas em geral, mas sim intuições puras (ou formas puras da intuição sensível). A razão para isso é que, de alguma forma, estamos obrigados a sempre conceber um único e mesmo espaço e um único e mesmo tempo⁹. Por este motivo, ao contrário do que ocorre com as diversas notas comuns (ou conceitos parciais) em um conceito geral, as quais necessária e logicamente o precedem e, por fim, permitem a sua composição, os diversos espaços e tempos particulares não podem anteceder o espaço e o tempo únicos como seus elementos constituintes, mas, sobretudo, só podem ser pensados como partes contidas *neles*. Em outros termos, as diversas partes do espaço somente podem nos ser dadas

7 Cabe ressaltar que esta “eliminação” dos fenômenos no tempo e no espaço não pode ser experimentada, mas sim apenas pensada. Só experimentamos o tempo e o espaço mediante a intuição sensível das coisas que neles estão.

8 Paton exemplifica esta explicação da seguinte maneira: “Eu concebo triangularidade, mas eu intuo este triângulo” (PATON, 1936, p. 115).

9 Esta unidade que Kant, na “Estética Transcendental”, predica às intuições puras de espaço e tempo não se deve à sensibilidade, faculdade unicamente passiva do ânimo, mas sim à atividade do entendimento (como ele bem afirma na “Dedução Transcendental” da “Analítica dos conceitos”). Muito provavelmente Kant omitiu aqui esta informação porque não tinha ainda introduzido a sua doutrina da síntese.

como simultâneas no espaço único, que, necessariamente, é pressuposto, afinal, “quando falamos de vários espaços, referimo-nos a partes de um só e mesmo espaço” (A 25/ B 39). De forma semelhante, também “tempos diferentes são unicamente partes [sucessivas] de um mesmo tempo” (A 32/ B 47).

Não obstante, ao sustentar que o espaço é essencialmente único e unitário, Kant não nega que podemos ter conceitos gerais de espaço (e o mesmo se aplica ao tempo), apenas reitera que estes resultam, em última instância, da limitação do espaço único. Como nos explica Paton¹⁰, no caso do conceito de espaço em geral, a nota comum principal de diferentes espaços é certamente que são todos limitados. Desta maneira, tal conceito é derivado de nossas intuições de diversos espaços particulares como necessariamente limitados. Estas intuições, por sua vez, necessitam pressupor uma intuição pura (originária) de um espaço único e inteiramente abrangente – relativamente ao qual estes diversos espaços podem resultar por limitação. Portanto, a intuição pura de espaço é, afinal, “o fundamento de todos os seus conceitos [de espacialidade] [...]” (A 25/ B 39).

De fato, como argumenta Kant, nunca poderíamos derivar proposições geométricas, como, por exemplo, “que num triângulo a soma de dois lados é maior do que o terceiro” (A 25/ B 39), unicamente de conceitos gerais – no caso, de conceitos de linha e de triângulo. Isso porque tal conhecimento é sintético e não poderia ser extraído destes conceitos por simples análise ou decomposição. “Ora, não se pode ligar um conceito com outro de uma maneira sintética e contudo imediata, porque, para que possamos sair de um conceito [isto é, para que possamos sair do que se pensa com um conceito, de suas notas comuns] é necessário um terceiro conhecimento mediador” (A 732/ B 760), que fundamente a síntese desses conceitos em um juízo ou conhecimento. É por isso que as proposições sintéticas a priori necessitam estar assentadas em uma intuição a priori. Vejamos em relação ao tempo: “também não se poderia derivar de um conceito universal [de tempo] a proposição, segundo a qual, tempos diferentes não podem ser simultâneos” (A 32/ B 47). Afinal, esta é uma proposição sintética, porquanto a qualidade predicativa de “não serem simultâneos” não poderia ser extraída, por análise, do conceito de “tempos diferentes”, antes foi o meu entendimento que acrescentou um ao outro no juízo por meio da síntese. Então, como a possibilidade de uma tal proposição sintética está assentada num terceiro conhecimento mediador, numa

10 PATON, H. J. *Kant's Metaphysics of Experience. A Commentary on the first half of the “Kritik der reinen Vernunft”*. pp. 116-117.

intuição, pode-se concluir que a representação do tempo, assim como a do espaço, é, pois, uma intuição pura.

Cabe ressaltar que, segundo a interpretação de Paton, o que Kant estabelece neste segundo passo do argumento, em relação à aprioridade, difere, em sentido, do que ele estabeleceu no primeiro passo da “Exposição Metafísica”¹¹: enquanto lá, Kant teria estabelecido que espaço e tempo são representações a priori porquanto eles são as condições ou formas universais e necessárias de todas as aparências possíveis (“formas da aparência” ou “forma da intuição”); neste segundo passo, Kant estabeleceria que espaço e tempo são intuições puras e que continuam acessíveis ao pensamento mesmo se se abstrai de todas as condições da experiência. Nossas intuições de espaço e tempo são puras na medida em que são a intuição de um todo individual (um espaço e um tempo) que nos permite conhecer suas partes independentemente da experiência – o que, segundo Kant, possibilitaria o conhecimento sintético a priori da matemática e da física pura.

[D] O segundo e último argumento do caráter intuitivo afirma que espaço e tempo, por serem representações de grandezas infinitas dadas, não são conceitos, mas sim intuições puras. Inicialmente, no caso do espaço, Kant mostra que conceitos e intuições implicam infinitude em sentidos diferentes e, com isso, clarifica um pouco mais a respeito de suas diferenças estruturais.

Ora, não há dúvida que pensamos necessariamente qualquer conceito como uma representação contida numa multidão infinita de representações diferentes possíveis (como sua característica comum), por conseguinte, subsumindo-as; porém nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse *em si* uma infinidade de representações. Todavia é assim que o espaço é pensado (pois todas as partes do espaço existem simultaneamente no espaço infinito) (A 25/ B 39-40).

Como se nota, este é um dos argumentos mais difíceis de toda a exposição. Para compreendê-lo, precisamos entender como que, logicamente, um conceito está estruturado. Como explica Allison, todo conceito possui uma forma lógica completa que implica uma extensão e uma intenção.

11 Indicarei ao longo deste parágrafo a distinção feita por Paton entre “formas da aparência” (ou “formas da intuição”) e “intuições puras”, mas devo ressaltar que Kant não distingue tão claramente assim entre as duas nomenclaturas e mesmo, por vezes, as usa como sinônimos.

Considerado extensivamente, todo conceito possui outros conceitos diversos contidos *debaixo* dele. Estes conceitos estão organizados hierarquicamente em termos de generalidade, e se acham em relação de gêneros a espécies. Os conceitos mais abaixo, isto é, as espécies, são introduzidos ao se agregar a diferença. Assim pois, o gênero “corpo físico”, ao se agregar a diferença, pode ser dividido nas espécies “animal” e “vegetal”. Considerado intencionalmente, todo conceito contém *nele* outros conceitos como suas partes componentes. Mas aqui a ordenação é precisamente a inversa da ordenação extensiva porque os conceitos mais abaixo ou mais específicos, os quais são obtidos ao agregar diferenças, contêm neles os conceitos mais altos ou gerais (ALLISON, 1992, p. 158).

Deste modo, um conceito implica infinitude a respeito de sua extensão, nunca de sua intenção, afinal o entendimento humano nunca poderia compreender um conceito infinito, um conceito que encerra em si uma infinidade de representações (de notas comuns ou conceitos parciais). Sem embargo, isso contrasta diretamente com a maneira como o espaço é pensado (e o mesmo ocorre com o tempo). Ora, a representação do espaço é uma intuição a priori porque encerra em si uma infinidade de representações, uma vez que todas as suas infinitas partes existem simultaneamente no espaço único e infinito. Ao contrário dos conceitos, as intuições não se dividem ao se agregar diferenças, mas sim ao se introduzir limitações ou restrições. E é justamente isso que significa a infinitude do tempo: toda e qualquer grandeza determinada do tempo só é possível por limitação de um único tempo infinito, que, portanto, necessariamente é pressuposto. E Kant continua:

Sempre que, porém, as próprias partes e toda a magnitude de um objeto só possam representar-se de uma maneira determinada por limitação, a sua representação integral não tem que ser dada por conceitos, (pois estes só contêm representações parciais); é preciso que haja uma intuição imediata que lhes sirva de fundamento (A 32/ B 48).

Portanto, as representações originais de tempo e espaço não são conceitos, mas sim intuições puras.

Por fim, caberia aqui a indagação a respeito do que Kant pretendeu significar quando afirmou que espaço e tempo são representados como grandezas infinitas dadas. Afinal, tal afirmação parece sugerir que espaço e tempo possam nos ser dados como objetos da intuição sensível, o que sabemos ser um grande equívoco. Vejamos então um

claro exemplo¹²: em geometria, se traço uma linha de um ponto a outro, naturalmente já pressuponho um espaço dado no qual posso traçá-la, e mais, esse espaço me é dado ou me é pressuposto como infinito, porquanto posso continuar a traçar minha linha indefinidamente. Deste modo, o espaço não me é dado como um objeto da intuição sensível, mas sim como a condição para que eu possa traçar figuras geométricas. Portanto, Kant não quis sugerir que espaço e tempo nos são dados como objetos da intuição sensível, mas sim que eles nos são dados como infinitos conjuntamente com toda intuição determinada como sua condição original, seu fundamento.

Dessa forma, nas exposições metafísicas do espaço e do tempo, Kant estabelece o caráter a priori e intuitivo destas representações e, com isso, inicia sua argumentação acerca do seu status ontológico. No que se segue, Kant vai mostrar que o espaço e o tempo, considerados como intuições puras ou formas puras da intuição, são condições necessárias da possibilidade de outros conhecimentos sintéticos a priori e que, não obstante possuírem realidade empírica objetiva, realidade em relação a todos os objetos dos sentidos, são transcendentemente ideais, isto é, não são absolutamente nada se abstrairmos de toda a nossa condição subjetiva e considerarmos meramente os objetos em si mesmos ou as relações destes em si mesmos.

12 Este exemplo foi dado por J. G. Schulze e citado por Allison. Cf. ALISSON, H. E. *El idealismo transcendental de Kant: una interpretación y defensa*. pp. 160-161.

Referências bibliográficas:

ALISSON, H. E. *El idealismo transcendental de Kant: una interpretación y defensa*. Trad. Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1992.

CASSIRER, E. *Le problème de la connaissance dans la philosophie et la science des temps modernes*. Trad. René Fréreau. Paris: Passages, 2005.

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela P. Dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. 3ª ed.

_____. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Trad. Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2002. 2ª ed.

PATON, H. J. *Kant's Metaphysics of Experience. A Commentary on the first half of the “Kritik der reinen Vernunft”*. London: G. Allen & Unwin, 1936. vol. 1.